

Arruda vai regularizar Parque da Vaquejada

A regularização fundiária chegou ontem aos moradores dos assentamentos Pôr-do-Sol (P. Norte), e Sol Nascente (PSul), em Ceilândia. Durante o Governo nas Cidades, o governador assinou decreto legalizando as duas regiões, que possuem juntas, 80 mil habitantes. Arruda também anunciou obras de infra-estrutura, como pavimentação e rede de água e esgoto. As antigas invasões existem há seis anos, e há cerca de quatro, os moradores pagam IPTU. No entanto, os habitantes ainda terão de esperar, por tempo indeterminado, para verem seus dinheiros aplicados nas construções, uma vez que o Insti-

tuto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) ainda não concedeu as licenças ambientais.

O projeto urbanístico das cidades também não está pronto, mas, de acordo com o secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma), Cássio Taniguchi deve ser concluído em 30 dias. O início das obras também depende do projeto. "Não podemos publicar o edital de licitação da obra sem o projeto urbanístico", explicou. O GDF vai usar recursos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Serão investidos R\$ 80 milhões.

O governo também pretende regularizar outra área

de Ceilândia: O Parque da Vaquejada, onde ocorreu recentemente várias derrubadas de casas. "Vamos construir lá uma Vila Olímpica e fazer projeto habitacional, pelo PAR (Programa de Arrendamento Residencial), da Caixa Econômica Federal", prometeu. "Vamos conseguir abrigar grande parte das famílias que tiveram suas casas destruídas", ressaltou. A região possui 135 mil metros quadrados, mas apenas 55 mil pode ser habitado, por ser área de proteção ambiental. De acordo com Taniguchi, a Seduma vai fazer o plano de ocupação. "Já existe cadastro na Secretaria, mas os

antigos moradores não terão preferência", disse.

Classe média e alta

Com a decisão do Conselho Administrativo da Terracap, que definiu a venda de lotes irregulares em áreas públicas pelo valor de mercado, os moradores da I Etapa do Jardim Botânico receberão as notificações com os preços dos terrenos nos próximos dias. Arruda disse que a decisão está tomada, e as avaliações em outros condomínios começarão imediatamente. "Eu gostaria que fosse pelo IPTU, mas vou respeitar a decisão da Terracap", disse.

O governador chegou a

admitir que ele não poderia defender mais a venda pelo Imposto porque, o próprio texto da Lei 9262, de sua autoria quando deputado federal, admite a venda direta pelo preço de mercado. "O importante é que saímos da condição de irregular para regular, e acabamos com essa discussão interminável", disse. Arruda disse que as avaliações, interrompidas desde que publicou decreto admitindo a venda fundamentada na pauta do imposto, deve continuar. "Nós estamos inclusive estudando a possibilidade de contratar uma empresa de consultoria para ajudar no trabalho", revelou. (K.R.)